

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O PATRIARCADO: UM ESTUDO SOBRE O SERTÃO DE PERNAMBUCO*

Kalline Flávia S. Lira

Ana Maria de Barros

Resumo: O presente artigo investiga as relações de gênero e de poder existentes na violência contra as mulheres no sertão do Araripe de Pernambuco. O artigo foi baseado nos aportes teóricos de Saffioti (1994; 2004; 2005) sobre gênero e patriarcado, além de documentos nacionais e internacionais sobre a violência contra as mulheres. Sobre o lócus do sertão, utilizamos como referências Albuquerque Jr. (2001; 2003) e Freyre (2003). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de caso sobre a realidade do Sertão do Araripe, com uma pesquisa de campo, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa. As fontes da pesquisa estatística foram três locais que atendem mulheres em situação de violência. Os dados coletados referem-se aos anos de 2010 a 2013. As entrevistas com mulheres em situação de violência foram realizadas em 2014. Concluímos que, apesar de compreender as agressões que sofrem como uma situação de violência, as mulheres minimizam a gravidade. Mesmo não se percebendo apenas no papel de esposa e de mãe, a maior participação da mulher sertaneja no espaço público ainda não reconfigurou as relações de gênero e de poder no âmbito privado, permanecendo a cultura patriarcal que impõe a subordinação das mulheres diante dos homens.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Patriarcado.

Abstract: This article investigates gender relations and power existing in violence against women in the interior of the Araripe in Pernambuco. The article was based on the theoretical contributions of Saffioti (1994; 2004; 2005) about gender and patriarchy, as well as national and international documents on violence against women. About locus of the hinterland, we use as references Albuquerque Jr. (2001; 2003) and Freyre (2003). From a methodological point of view, it is a case study about the reality of the Hinterland of Araripe, with a field research through case women in situations of violence, from a quanti-qualitative approach. The sources of statistical research were three sites that assist women in situations of violence. The data collected relate to the years 2010 to 2013. Interviews with women in situations of violence were carried out in 2014. We realize that despite understand the aggressions that suffer as a situation of violence, women minimize the severity. Even not realizing just in the role of wife and mother, the greater participation of backlands women in public space have not reconfigured gender relations and power in the private sector, maintaining the patriarchal culture that imposes the subordination of women before men.

Keywords: Violence; Gender; Patriarchate.

* Artigo submetido à avaliação em 9 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 20 de outubro de 2015.

Introdução

A violência tem ocupado, cada vez mais, lugar de destaque no nosso cotidiano, ocasionando debates e discussões em todo o mundo, no intuito de minimizar os seus efeitos. O impacto da violência pode ser visto globalmente, pois, por ano, mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras sofrem lesões não fatais, em decorrência da violência interpessoal e coletiva (KRUG et al. , 2002). Em relação à violência, há uma dificuldade para definirmos seu conceito, devido ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em que a sofre ou a presencia. Não há um único fator que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta.

O referido estudo trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa sobre a violência doméstica contra as mulheres. A aproximação com a temática ocorreu juntamente ao trabalho num Centro de Referência que atende mulheres em situação de violência, localizado no Sertão de Pernambuco, por isso a escolha deste locus para a pesquisa.

A mulher no sertão, principalmente residente na zona rural, vive com escassez de quase tudo: água, alimento, serviços de saúde e de educação, emprego. Elas trabalham em casa e na roça, principal meio de subsistência. Morando em vilas onde uma casa pode estar há quilômetros de distância da outra, ficam expostas a quase tudo, inclusive à violência do marido. A ideia de que mulher não deve trabalhar fora, e sim cuidar da casa e do marido ainda existe e é muito intensa também no sertão.

No entanto, não podemos supor que é diferente para a mulher que reside na zona urbana da cidade. Se por um lado as oportunidades de emprego e educação são maiores, a "vigilância" também é. Os considerados "crimes de honra" ainda acontecem. Afinal, o conceito de que "homem que é homem lava honra com sangue" persiste. As mulheres da zona urbana são monitoradas pelo marido e principalmente pela família dele, que não quer ter o "nome manchado".

Percebe-se que, de várias maneiras e intensidades, a mulher tem sua vida cerceada e limitada pelo desejo e/ou imposição de sua família e da sociedade. Não pode estudar nem trabalhar se o marido não permitir. Não pode não querer ter mais filhos. Não pode se separar. Simplesmente não pode *ser*. E isto também é realidade para a mulher do sertão.

Neste sentido, é importante ressaltar que a história da família no Brasil tem como base o patriarcado, trazendo arraigado o conceito de dominação masculina sobre as mulheres. Essa tradição se perpetua, mesmo que simbolicamente. O homem era tido como "dono" da mulher. Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser "posse" do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la.

No Brasil, o início dos debates para a criação de uma lei que coibisse a violência contra as mulheres foi a necessidade de caracterizar a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos das mulheres e a importância de garantir proteção e atendimento humanizados para as vítimas, já que ficou notório que a mulher corria mais riscos de ser vítima dentro de sua própria casa.

Foi através de um panorama de altos índices de violência contra as mulheres que esse artigo foi refletido. Esse estudo se justifica pela falta de pesquisas específicas que analisam o contexto sociocultural do sertão para a compreensão dos números da violência contra as mulheres. O objetivo do artigo é analisar a violência contra a mulher através dos dados estatísticos de várias pesquisas realizadas no Brasil, como também coletados em três locais que atendem as mulheres no Sertão do Araripe. Para ampliar o entendimento da temática, realizou-se também entrevistas com mulheres em situação de violência.

O presente artigo não chega – e nem pretendia chegar – a indicar um caminho preciso e completo para a solução da violência contra as mulheres no sertão, mas tem o intuito de problematizar a questão através dos dados estatísticos coletados e das falas tocantes das mulheres que aceitaram participar da pesquisa.

A violência contra as mulheres no Brasil

277

A violência, fenômeno universal e humano, é um problema multifacetado, e nenhuma causa isolada pode explicá-la, porém intervém em diferentes níveis (individual, social e comunitário) e é influenciada pelo ambiente externo. Há uma dificuldade para definirmos a violência, por ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em quem a sofre ou a presencia, e por seu conceito variar de sociedade para sociedade, sendo um fenômeno biopsicossocial. Não há um único fator que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta. Assim, há várias definições, e aqui utilizamos a de Pinheiro e Almeida (2003, p. 14):

Violência provém do latim *violentia*, que significa “veemência”, “impetuosidade”, e deriva da raiz latina *vis*, “força”. Certamente, deve ter havido alguma interação entre “violência” e “violação”, a quebra de algum costume ou dignidade. Isso é parte da complexidade do termo.

Portanto, a violência é uma força intencional, não necessariamente física, que provoca dano contra alguém. A violência pode ser expressa através da opressão, do abuso da força, do preconceito, agressão física ou verbal, entre outras formas. Segundo D’Oliveira (1996), a violência passou a ser reconhecida como uma questão pública a

partir do século XIX, não porque tenha se tornado necessariamente mais intensa, mas por causa do aparecimento de um discurso ético e moral, que ocasionou iniciativas para conceituar e compreender o fenômeno, vinculado à ideia moderna de igualdade social.

Entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, consideramos como objeto de estudo desta pesquisa uma forma particular, que é a violência contra as mulheres. O conceito de violência contra as mulheres é uma expressão criada pelo movimento social feminista, e faz referência, de modo geral, a sofrimentos e agressões que estão tradicional e profundamente enraizados na vida social, percebidos como situações normais, quando dirigidos especificamente às mulheres pelo simples fato de serem mulheres.

A violência contra as mulheres não é algo novo, existe desde a antiguidade, e por muito tempo a violência contra as mulheres foi socialmente aceita, acarretando a tolerância atual ao fenômeno. Durante décadas a violência de gênero não foi considerada no Brasil. Dessa forma, quando o marido matava a esposa tendo como justificativa uma suposta traição da mesma, ele não era punido. Assim, foi sendo construída a forma de perceber a violência, e a maneira de coibi-la, com base nas desigualdades de sexo, classe social e cor (PITANGUY, 2003). Por isso, mesmo nos dias atuais a legislação reprovando a violência contra as mulheres a aceitação sociocultural está tão arraigada que as próprias as mulheres em situação de violência ainda têm dificuldade de se perceber como vítimas, e não reconhecem as agressões sofridas como violência.

278

Podemos perceber a amplitude da questão através dos dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (VENTURINI *et al.*, 2004) que revelam que pelo menos 6, 8 milhões de mulheres brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez, e 31% dos casos tinham ocorrido entre os últimos doze meses em que a pesquisa foi feita. A pesquisa chegou ao número alarmante de que a cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil. A pesquisa ainda mostra que a responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor varia entre 53% (ameaça à integridade física com armas) e 70% (quebradeira), sendo que os outros agressores mais comuns são ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado. Segundo o Mapa da Violência (WAISELFSZ, 2012), o local mais comum de ocorrência da violência contra as mulheres é a residência da vítima, fato em quase 72% dos casos. Ainda de acordo com o Mapa, em quase metade dos casos, o agressor era parceiro, ex-parceiro ou parente da mulher, o que demonstra a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares.

Assim, com números tão preocupantes, tornava-se premente uma lei que coibisse a violência contra as mulheres. Em 2006, por iniciativa do Estado de Pernambuco, foram realizadas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres no

intuito de denunciar a violência e os homicídios de mulheres. Neste mesmo ano, finalmente foi aprovada uma Lei que prevê o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres – a Lei 11. 340/2006.

A “Lei Maria da Penha”, como ficou conhecida, no seu artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006). O advento desta Lei foi importante, principalmente por ampliar o conceito de violência doméstica contra a mulher, enquadrando várias tipificações.

A violência contra a mulher é tão ampla que atualmente, no Brasil, é difícil conhecer alguém que não tenha contato com a problemática. Segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013), 54% das pessoas entrevistadas conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro, e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Ainda segundo dados da pesquisa, sete em cada dez pessoas entrevistadas acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Ideia corroborada por dados já apresentados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012). Os números são claros e mostram que, efetivamente, as mulheres sofrem mais violência em casa e por seus parceiros íntimos.

Podemos perceber através desses números como a violência praticada contra as mulheres está socialmente construída e aceita, criando um espaço na sociedade para a dominação masculina e a submissão feminina. Isto pode perpetuar a situação de desigualdade, colocando o homem num lugar de detentor de poder sobre a mulher. Por isso, recorreremos a dois conceitos importantes – o de gênero e o de patriarcado, fundamentais para compreender as questões de violência e para analisar aquelas praticadas contra as mulheres no Brasil, e mais especificamente no Sertão de Pernambuco, lócus de nossa pesquisa.

279

Mulher-macho, sim sinhô? Problematizando o gênero no sertão

Segundo o último censo, a mulher constitui a maioria da população brasileira. O Estado de Pernambuco segue a estimativa nacional, tendo mais de 50% de população feminina (IBGE/BRASIL, 2010). No entanto, ela ainda busca a definição do seu papel, da sua individualidade e de suas subjetividades. Continuamos a viver numa sociedade patriarcal em que os padrões há muito vêm sendo moldados, distinguindo diferenças e definindo o que a mulher pode ou não exercer na sociedade.

Para Perrot (2007), a mulher é excluída da história diversas vezes. A autora pontua que a mulher passou a ser objeto de estudo histórico apenas a partir da década de 1960. Antes disso, a produção sobre as mulheres era contada pelos homens. A autora diz que os corpos femininos foram subjugados, dominados e violentados de diversas formas, e que havia um tabu em torno do sangue menstrual que durante séculos foi ligado à impureza, assim como a virgindade que era tida como o capital mais precioso das moças solteiras, obsessivamente vigiada e protegida pela família e pela sociedade.

Assim, com o tempo, essa representação social da mulher como esposa e mãe foi se consolidando, e historicamente foi sendo construída a ideia da plenitude feminina reduzida aos deveres conjugais, dependência sexual e maternidade, e a mulher que era considerada frágil e suscetível aos excessos da sexualidade passa a ser vista como portadora de uma sensibilidade natural expressa pelo seu destino, a maternidade, e seu espaço como sendo o do lar.

As noções do “ser mulher” mudaram ao longo da história de acordo com as transformações sociais ocorridas. Com a sociedade industrial, a mulher passou a adotar uma posição de operária nas fábricas e indústrias, saindo do espaço doméstico como único lócus de suas atividades diárias. Se antes disso, as mulheres deveriam apenas servir ao marido e aos filhos nos seus afazeres domésticos, ou ainda se limitando às tarefas no campo, a partir da Revolução Industrial houve uma nova realidade econômica no mundo, o que acarretou a ida das mulheres para trabalhar com as máquinas. Essa passagem trouxe algumas consequências, já que o trabalho era exaustivo no início do processo de industrialização. Na tentativa de dar conta da mudança que vem ocorrendo em relação às mulheres, buscou-se um conceito, o de gênero, para tentar entender a configuração de sociedade, e, conseqüentemente, a violência (ainda) existente nela.

O que entendemos por gênero surgiu, segundo Saffioti (2005), em seu artigo junto com Stoller em 1968.¹ No entanto a autora afirma que os estudos de gênero começaram a ter repercussões a partir do artigo de Rubin, originalmente publicado em 1975 (RUBIN, 1993). Os primeiros aportes teóricos sobre gênero apresentavam os conceitos de sexo e gênero intimamente atrelados, numa relação dicotômica entre a condição humana biológica versus a social. Assim, essa primeira ideia de gênero foi e ainda é pensada, por algumas correntes feministas, a partir das diferenças construídas em momentos históricos diversos, bem como em lugares distintos, que contribuem na construção de diferentes formas de desigualdade. Dessa forma, pelo menos inicialmente, essa concepção de gênero parte da ideia da diferença biológica existente entre homens e mulheres e, vinculada a essas distinções, os múltiplos lugares sociais historicamente construídos e propostos a cada um deles e cada uma delas

¹ O artigo ao qual Saffioti se refere é “Gênero e Patriarcado”, de autoria dela junto a Robert Stoller.

que instituem os alicerces de práticas discriminatórias e desiguais entre as pessoas (SAFFIOTI, 1994).

Para Saffioti (2004), o gênero não se restringe a uma categoria analítica, porque também é histórica. O conceito de gênero não implica desigualdade e poder, nem evidencia a parte oprimida. A desigualdade entre os gêneros é refletida nas relações desiguais, sejam no trabalho, em casa ou na sociedade como um todo. Saffioti (1994) também aponta que as diferenças entre homens e mulheres devem ser entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura e não como naturais. A autora sugere que a afirmação de que o gênero vem em primeiro lugar é conferir-lhe prioridade sobre os demais eixos de estruturação social. Isto porque as categorias raça/etnia e classe social são também filtros de percepção que servem de parâmetros para a organização das relações de poder.

Entendemos, para fins deste estudo, que gênero diz respeito às relações de poder e à distinção entre atributos culturais impostos a cada um dos sexos e suas peculiaridades biológicas. O gênero é o sexo socialmente modelado, ou seja, as características tidas como masculinas e femininas são ensinadas desde o berço e tomadas como verdadeiras, pela sua repetição cultural, não havendo determinação biológica dos comportamentos e atitudes, e sim um aprendizado social. Dessa forma, o Nordeste, mais especificamente o sertão nordestino, devido a sua singularidade sociocultural, tem uma forma particular de significar o gênero mulher.

Durante muito tempo, o "ser mulher" no Nordeste esteve no imaginário social ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. A mulher era vista como "mulher de coragem", referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse estigma de "mulher macho", capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse, onde a criminalidade atribuída a elas não levava em consideração as circunstâncias que as fizeram entrar para o cangaço. A mulher sertaneja estava associada a valores morais rígidos e tradicionais, vistas como mulheres sérias, trabalhadoras, centradas na vida familiar, e apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Nesse ambiente de caatinga, a construção do "ser mulher" não era algo fácil, e a vaidade e os sentimentos como amor, acabavam dividindo espaço com a dor e o medo. Parece que o senso comum cristalizou a ideia da masculinização da mulher como algo corriqueiro do sertão nordestino, colocando-as num lugar fixo e determinado. Segundo Falci (2000), no sertão, ao nascerem, as mulheres eram chamadas de "mininu fêmea".

Albuquerque Jr. (2003) afirma que a mulher sertaneja ainda é vista como uma mulher lutadora, resistente à seca, honesta, cheia de filhos dos quais cuida com muito amor e carinho, seja ela rica ou pobre. A mulher sertaneja além de trabalhar nos

afazeres domésticos, é aquela que também trabalha em pequenas indústrias e auxilia nos serviços do marido, podendo substituí-lo, caso haja necessidade. Embora isso não seja mais totalmente verdade, ficou no imaginário coletivo a imagem da mulher do sertão como “mulher-macho”.

Essa identidade feminina nordestina foi construída em relação ao homem nordestino. Na ideia de estabelecer o homem nordestino como aquele que não tem medo, de pensá-lo como forte e resistente ao clima árido que assola o sertão, tornou o homem viril, macho e corajoso. Assim, a mulher também foi sendo construída em relação a esta identidade masculina, e igualmente em decorrência das condições de sua região, passou a ser masculinizada, ou seja, estabeleceu-se que a mulher tinha que ser macho para sobreviver aos obstáculos, “era uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante” (ALBUQUERQUE JR. , 2001, p. 247).

Se por um lado temos a masculinização da mulher sertaneja, ao mesmo tempo, nos é dado uma mulher nordestina que vive às voltas de seu “coronel”, levando-se em conta o estereótipo do machão nordestino. Segundo Falci (2000), mesmo as mulheres mais ricas, tinham a vida cerceada pelos homens. No sertão nordestino do século XIX, as mulheres de classe social alta, até as que tinham estudo, estavam limitadas ao espaço privado, do lar. As mulheres não eram consideradas cidadãs políticas, e por isso o campo público, seja econômico, político, social ou cultural, não era destinado às mulheres.

Assim, foi construído um lugar para a mulher que é do trabalho duro, e da ajuda ao marido. Alguns elementos explicam a masculinização da mulher do Nordeste, como a seca e a ausência dos maridos que migram com ela, forçando as mulheres a assumirem as tarefas deles e também seu lugar na família. Aquelas denominadas “viúvas da seca” tinham que aprender a viver no universo masculino para sobreviver à ausência do marido. Essa rigidez das mulheres na época da seca e a necessidade de estar masculinizada são elementos ainda presentes na literatura regionalista (ALBUQUERQUE JR. , 2003). Os discursos preconceituosos acabaram naturalizando os papéis de gênero.

Embora a imagem da mulher sertaneja tenha sido construída principalmente embasada nas questões da seca e da pobreza do Nordeste, no século XXI algumas mudanças aconteceram. Sem dúvida o aumento do acesso à educação e à saúde pública ajudaram as mulheres a ressignificarem seus papéis para além de esposa e de mãe, passando a ocupar outros espaços, como o do mercado de trabalho, alcançando níveis mais altos de escolarização e renda. Estes dados serão apresentados na seção sobre o Sertão do Araripe.

Apesar do exposto, no Brasil ainda vigora padrões, valores e atitudes discriminatórias, apesar dos significativos avanços e conquistas históricas alcançadas pelas mulheres – afinal, de totalmente submissa ao poder masculino, lutou para conseguir maior espaço no lar e visibilidade no espaço público. As novas dinâmicas macrossociais acarretaram mudanças que repercutiram no âmbito da família e nas relações de gênero. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade de direitos, o avanço da ciência em relação aos métodos contraceptivos, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, traz um conjunto de “novos valores”, ligados a uma situação mais igualitária entre o homem e a mulher. Juntam-se a isto, mudanças demográficas, econômicas, políticas e culturais, que têm consequências nas questões do poder exercido por homens e mulheres na sociedade.

Na casa grande e na senzala: patriarcado no sertão

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina (DEL PRIORE, 2000). Segundo Araújo (2000), as leis do Estado e da Igreja, os pais, irmãos, tios, tutores, além da repressão vinda dos velhos costumes misóginos, eram utilizados para tentar conter a sexualidade feminina, que no entendimento da época, caso conseguisse se libertar, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.

No Brasil colônia, o homem branco era a figura central, e a mulher branca tinha funções como supervisionar as tarefas de escravas e escravos, além da maternidade. A mulher era completamente submissa ao homem, pois este era quem tinha o poder (SILVA, 1992). Na sociedade ainda escravocrata, as mulheres brancas eram educadas em um ambiente rigidamente patriarcal. Para escaparem do domínio do pai, as mulheres casavam. No entanto, passavam para o domínio do marido, perpetuando a posição submissa das mulheres frente à figura masculina. Desde essa época já havia diferenças em função da classe social. Independente do seu papel na sociedade se tivesse vida ociosa ou produtiva, a mulher aceitava a completa supremacia do homem sobre ela mesma e na sociedade. E assim, o processo de socialização da mulher conduzia-se para uma total submissão.

A relação de dominação-submissão é fomentada por uma estrutura social machista e patriarcal. Sabemos que o machismo está estabelecido numa relação que

coloca o senhor (o patriarca) na posição de dominador, detentor da força e de um poder absoluto sobre tudo e todos, inclusive o poder de dominação sobre as mulheres, pois, como bem apresenta Freyre (2003), a força concentrou-se nas mãos dos senhores, considerados donos das mulheres. Essa posição de patriarca, considerada comum e natural, foi construída há milênios.

Analisando a sociedade brasileira, Freyre (2003) deixa evidente o lugar do homem historicamente construído desde o Brasil colonial, como sendo o patriarca dono inclusive das mulheres. Essa violência simbólica que constitui a mulher como objeto, portanto submissa e submetida ao desejo do outro, está longe de ser uma atitude localizada na individualidade dos atores sociais. Ao contrário, está inscrita na própria trama social historicamente situada. Seja na casa (fruto dos acordos privados), seja na senzala (fruto das relações públicas de comércio e opressão) e nas linhas tênues que separam esses dois cenários, a propriedade, o patrimônio, enfim, o poder é do patriarca.

Por outro lado, Saffioti (2005) enfatiza a importância de ver a questão do patriarcado de forma relacional, onde duas partes estão envolvidas, pois mesmo numa ordem patriarcal, as mulheres têm algum poder. A autora lembra que apesar do patriarcado referir-se à questão de gênero, perpassa todo o corpo social, ou seja, está ligada a toda sociedade e não apenas às questões de gênero e tem o controle como valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal.

284

A concepção do patriarcado é originada do próprio nome, *pater* (pai), o que tem o poder. Para esta pesquisa, entendemos o patriarcado conforme Aguado (2005, p. 28), modelo construído como um

[...] conjunto de sistemas familiares, sociales, ideológicos y políticos que determinan cual es la función o papel subordinado que las mujeres deben interpretar con el fin de adecuarse y mantener un determinado orden social. Y para ellos se han utilizado mecanismos diversos a lo largo de la historia, entre ellos, la violencia directa o indirecta, la fuerza, la presión social, los rituales, la tradición, la ley, la educación, la religión, el lenguaje etc.

Assim, o patriarcado é exercido e perpetuado através de vários sistemas sociais como a família, a religião, o ambiente escolar e do trabalho, entre outros. Essa relação entre homens e mulheres baseada no patriarcado é evocada por diversas autoras tradicionais do feminismo, tendo suas bases fortemente vinculadas a uma orientação marxista, trazendo muito a relação dicotômica na perspectiva do explorador/explorado, sobretudo considerando aspectos socioeconômicos. Para Saffioti (1994), a violência doméstica é parte das relações de dominação-exploração dentro da lógica do patriarcado, sendo que este é uma forma de expressão do poder político, ideia com a qual concordamos.

No senso comum, as representações dos homens nordestinos estão ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade. Para Albuquerque Jr. (2003), alimentar esse mito do homem sertanejo como “cabra-macho” é contribuir para alimentar um modelo de masculinidade baseada numa relação entre homens e mulheres que vigora desde o Brasil colônia, e por isso, é naturalizada, tida como eterna. Esse modelo de homem termina por vitimar os próprios homens, já que os instiga a situações de risco, colabora com a violência contra as mulheres, e termina por exigir, dos homens, renúncias afetivas e emocionais, como paternidade e expressão de sentimentos. Para o autor, a macheza nordestina torna os homens infelizes.

Albuquerque Jr. (2001) analisa os discursos de Freyre (2003) e uma série de outros intelectuais que viam na sociedade da época uma feminização, uma horizontalização onde as fronteiras tanto espaciais, sociais e culturais entre o “ser homem” e o “ser mulher” eram vistas como naturais/ biológicas. Analisando esses discursos, Albuquerque Jr. (2001) mostra como a identidade regional nordestina é inventada como uma “reação viril” perante a passividade das “pessoas” da região. O tipo nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. Conforme o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda espécie humana, pois a ideia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura.

Esse tipo regional criado dentro um discurso eugenista, procurava naturalizar os comportamentos e valores do nordestino; o discurso antro-po-geográfico procurava explicar as características físicas, os traços subjetivos e os códigos culturais do nordestino como produto tipificado pela natureza da região; e o discurso literário desenhava o nordestino como aquele que partilhava da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso em uma região que até a mulher é “macho sim senhor”. Este discurso se vale de uma série de imagens e enunciados que constituíam os tipos regionais anteriores como o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, o vaqueiro, o coronel, o senhor de engenho, o caboclo, o matuto, o beato e o retirante. Enfim, os discursos tradicionalistas ou regionalistas localizam o falo como significante central na forma de ser do nordestino, e assim, a figura do nordestino que emerge nos anos 1920, vai conduzir toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e acima de tudo, desenhado com características masculinas.

No entanto, a sociedade do final do século XIX e início do XX, a política coronelística tinha o homem como sendo o poderoso, o machão. Se existia prazer, era o homem quem deveria sentir, pois a mulher estaria ali simplesmente para servir o homem viril

e forte sempre que ele tivesse vontade. Essa é um exemplo claro de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher tem seu único espaço o da casa, para lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, e no momento em que o homem quisesse se satisfazer sexualmente, ela deveria estar pronta. No sertão, existente numa sociedade patriarcal, o homem dominava sua casa e as fronteiras dos currais eleitoras, e assim as mulheres tinham pouco oportunidade para reivindicar por espaços dentro da sociedade construída para ela servir ao homem. E assim, como a violência normatiza a conduta dos homens do sertão nordestino, tanto entre coronéis quanto entre os cangaceiros, os jagunços, os machões, o poder do mando, sem descartar o uso da força é o que prevalece.

O sertão do Araripe de Pernambuco

A expressão "Sertão" pode ser usada para nomear, mais especificamente, as regiões do interior dos Estados nordestinos. Nesses lugares se concentram algumas das cidades com maiores índices de desigualdades sociais do país, além de baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Geograficamente, o sertão nordestino é caracterizado pela presença do clima semiárido, da vegetação de caatinga, irregularidades nas distribuições de chuvas, solos secos e temperaturas elevadas. Euclides da Cunha no seu livro *Os Sertões*, enfatiza a superioridade do Sul em relação ao Norte,² tanto pela influência do clima como pela influência da raça, já que a região seria povoada por uma "sub-raça".

Seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país...A certeza de que o rápido desenvolvimento do Sul, notadamente São Paulo, se explicava por ser um Estado de clima temperado e raça branca, levava a que não se tivesse dúvidas do destino desta área, puxar o trem descarrilhado de uma nação tropical e mestiça. O Norte ficaria naturalmente para trás (ALBUQUERQUE JR. , 2001, p. 62).

A famosa obra de Euclides da Cunha traz um discurso ambíguo, pois produz uma estereotipia negativa quando inferioriza o sertão/nordeste, mas apresenta uma estereotipia positiva ao enaltecer seu povo. Essa ambiguidade também é percebida com a representação da figura da mulher, pois de forma geral a mulher era sinônimo de "sexo frágil" e vista como dócil, delicada, meiga. No entanto, quando se tratava da mulher do Nordeste, ou mais especificamente do Sertão, eram lançados outros

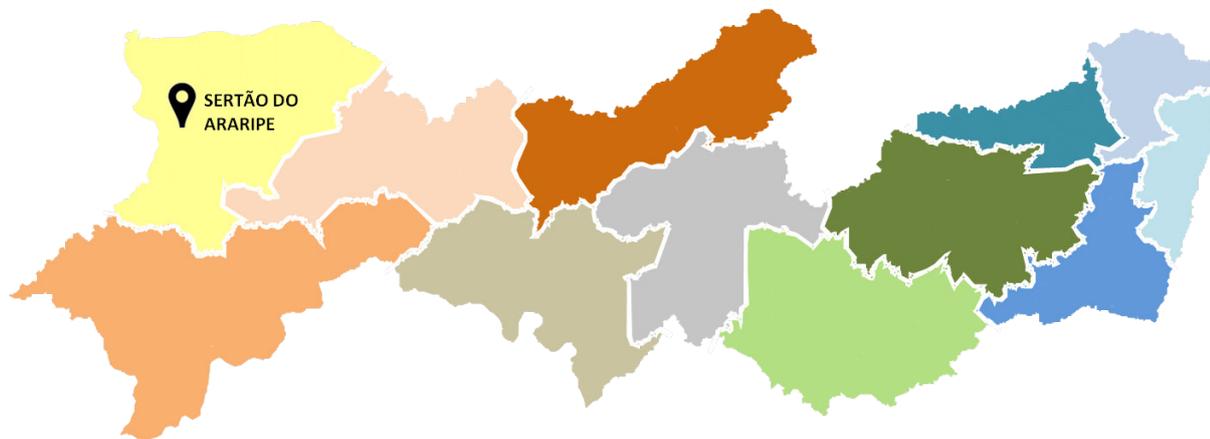
² Utilizamos a palavra Norte como no original. Durante muito tempo, e talvez ainda hoje aconteça, o Norte e o Nordeste são chamados de "Norte". Como dizia Patativa do Assaré, é o "Brasil de baixo" em oposição ao "Brasil de cima".

adjetivos, como matuta, caipira, cafona, e outros termos que ligavam à ideia de lugar não civilizado.

A região do Araripe está localizada na extremidade noroeste de Pernambuco, limitando-se com os Estados do Ceará e Piauí e com as regiões Sertão Central e Sertão do São Francisco. A região está localizada na porção mais ocidental de Pernambuco e faz parte da região semi-árida do Nordeste. O sertão araripeano tem como limites: ao Norte o território do Cariri (Ceará); ao Sul o município de Parnamirim e território do Sertão do São Francisco (Pernambuco); a Leste o município de Serrita (Pernambuco); e a Oeste o território Vale dos Guaribas (Piauí). A média das distâncias para a capital, Recife, é de 573,3 km, sendo Araripina o mais distante (620,6 km) e Moreilândia o mais próximo (516,2 km).

A região tem uma população estimada pelo IBGE (BRASIL, 2010) de 313.547 habitantes, que corresponde a 3,56% da população estadual, e uma área de 11.613,76 km², que representa 11,81% do território estadual, com uma densidade demográfica de 27 hab. /km². O Sertão do Araripe é compreendido por dez municípios: Ouricuri, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade, Ipubi e Araripina. Dentre eles, destacam-se as cidades de Ouricuri e Araripina, como polos regionais.

Figura 1 - Localização do Sertão do Araripe no Estado de Pernambuco



Fonte: <<http://www.ablogpe.com>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Alguns dados são significativos para refletirmos sobre a posição da mulher no Sertão do Araripe. Como dito anteriormente, alguns avanços foram alcançados. Conforme dados do IBGE, no município de Ouricuri, em 2010 51, 1% das mulheres contribuíam para o rendimento familiar contra 35,6% no ano 2000 (BRASIL, 2010). No que se refere à educação, o analfabetismo entre as mulheres diminuiu: de 34,7% em 2000, para 24,6% em 2010. Da mesma forma, a taxa de abandono escolar entre as

mulheres de 18 a 24 anos passou de 55% em 2000, para 47% em 2010. No entanto, a taxa de mulheres com 25 anos ou mais e fundamental incompleto ainda é alta – 54% em 2010. Em Recife, o percentual é bem mais baixo: 24,3% (BRASIL, 2010).

Os dados mostram a inserção da mulher no mercado de trabalho, cada vez mais economicamente ativa e peça importante para a subsistência familiar, e também reflete a diminuição do analfabetismo, significando a entrada das mulheres nas escolas. Por outro lado, o alto número de mulheres sem Ensino Médio completo mostra que, por algum motivo, elas têm abandonado os estudos precocemente.

Em relação à violência, em Pernambuco, no ano de 2012, foram 210 mulheres mortas, havendo uma redução de 38% em relação a 2006, onde tivemos 319 mulheres assassinadas no Estado (SDS, 2014). Segundo a Secretaria de Defesa Social, Pernambuco ocuparia o 11º lugar no ranking nacional. No entanto, pesquisa divulgada pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre o feminicídio no Brasil, Pernambuco ocupa o 5º lugar, atrás apenas do Espírito Santo, Bahia, Alagoas e Roraima (GARCIA *et al.*, 2014).

Conforme os dados da Gerência de Análise Criminal e Estatística de Pernambuco (GACE/SDS, 2014), através do programa Pacto Pela Vida, o número de homicídios no Estado vem diminuindo. Contra essa tendência, o número de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) no Sertão do Araripe passou de 72 em 2012, para 92 em 2013. Da mesma forma, quatro mulheres foram assassinadas em 2012; em 2013, o número mais que dobrou. O Sertão do Araripe é a região do Estado que não conseguiu diminuir efetivamente os números da violência. A Tabela 1 resume os dados entre os anos de 2011 e 2013.

Tabela 1 - CVLI total e de mulheres no Sertão do Araripe – Anos 2011 a 2013

MUNICÍPIO	2011		2012		2013	
	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER
ARARIPINA	30	1	20	0	12	2
BODOCÓ	3	0	10	2	12	0
EXU	15	0	0	0	5	0
GRANITO	1	0	3	0	0	0
IPUBI	8	1	10	0	12	1
MOREILÂNDIA	3	1	3	1	3	1
OURICURI	19	2	16	0	25	4
SANTA CRUZ	2	0	1	0	2	0
SANTA FILOMENA	5	0	1	0	0	0
TRINDADE	12	0	8	1	21	2
TOTAL	98	5	72	4	92	10

Não estão disponíveis no site da SDS os dados referentes ao ano de 2010. **Fonte:** GACE/SDS, 2014.

Considerando os altos índices de homicídios de mulheres registrados no ano de 2013 na região do Araripe, podemos inferir que o número de mulheres em situação de violência é, de fato, inquietante. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011) prevê a criação de uma rede de combate à violência de gênero e atendimento integral às mulheres em situação de violência. No Sertão do Araripe, no entanto, essa rede é pequena, e em alguns momentos, desconexa e desarticulada. Não há Delegacia Especializada (DEAM), não há Casa-Abrigo nem de Acolhimento Provisório. Os equipamentos existentes parecem não atuar em rede, e os casos que chegam à Delegacia não são encaminhados aos Centros de Referência, e as unidades de saúde (quando) fazem a notificação de violência não encaminham as mulheres para outros serviços de atendimento psicossocial. A Tabela 2 abaixo apresenta os dados coletados no ano de 2014 em três equipamentos da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região: o Hospital Regional Fernando Bezerra (HRFB); o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Regional; e a Delegacia de Polícia Civil.

Tabela 2 - Dados da violência contra a mulher no Sertão do Araripe – Anos 2010 a 2013

LOCAL DE REGISTRO	2010	2011	2012	2013
HRFB – Ouricuri	5*	155	195	256
CREAS Regional – Ouricuri	12	6	3	3
Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri	N. I.	46**	193	128
TOTAL	17	207	391	387

*Dados de Abril e Dezembro de 2010. ** Dados de Agosto a Dezembro de 2011.

Fonte: HRFB/CREAS Regional/Delegacia de Ouricuri, 2014

A Tabela 2 demonstra claramente a falta de articulação entre os órgãos, expressos nas diferenças entre os números de cada um dos serviços. Importante frisar, por exemplo, que os números do HRFB são de toda a regional; assim, as 193 ocorrências da Delegacia em 2012 não estão contidas nas 195 notificações, visto que, conforme dados por municípios, foram 110 notificações apenas de Ouricuri. Os números revelam, portanto, que os encaminhamentos não são realizados ou ainda que as mulheres em situação de violência doméstica não conhecem e/ou não confiam e/ou não utilizam a rede de enfrentamento da violência contra a mulher na região do Araripe de Pernambuco, e por isso, órgãos importantes como o CREAS, que realizam atendimento psicossocial, tenham números tão pequenos de casos diante da enorme demanda da Delegacia e do Hospital.

As mulheres em situação de violência no sertão do Araripe

No intuito de compreender com mais profundidade a problemática da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe, realizamos entrevistas com mulheres em situação de violência doméstica atual ou passada. Para análise dos dados qualitativos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), para identificar os conteúdos subjacentes e latentes das entrevistas. Dentro da análise de conteúdo, escolheu-se a análise categorial, que funciona pelas operações de desmembramento do conteúdo em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. As categorias de análise escolhidas são relacionadas ao nosso aporte teórico apresentado neste artigo.

O universo da pesquisa envolveu cinco mulheres, e todas tinham sido atendidas em algum ponto de atenção da rede de enfrentamento a violência, entre os anos de 2010 a 2013 – o recorte temporal da pesquisa. Restringimos os municípios de residência para Ouricuri e Araripina, visto que são os polos regionais e com maiores índices de violência contra as mulheres. O Quadro 1 apresenta as características das participantes da pesquisa.

290

Quadro 1 - Características das participantes da pesquisa

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OURICURI – 3 ARARIPINA – 2
ÁREA DE RESIDÊNCIA	ZONA URBANA – 4 ZONA RURAL – 1
COR DA PELE	BRANCA – 1 PARDA – 3 PRETA – 1
IDADE	18 A 29 ANOS – 1 30 A 49 ANOS – 3 50 ANOS OU MAIS – 1
RENDA* MENSAL DA MULHER	ATÉ 1 SM – 1 ATÉ 3 SM – 2 ATÉ 5 SM – 2
GRAU DE ESCOLARIDADE	ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL – 2 ATÉ ENSINO MÉDIO – 1 SUPERIOR COMPLETO OU MAIS – 2

*Cálculo realizado usando como referência o SM de 2014: R\$ 724, 00.

Conforme demonstrado no quadro acima, conseguimos entrevistar mulheres que representam um universo diversificado: da zona urbana e rural, com graus de escolaridade variados, diferentes condições financeiras, e de todas as faixas etárias.

Isso corrobora o fato de que a violência doméstica contra a mulher não se restringe a determinada classe ou cor, mas já está difundida, infelizmente, em nossa sociedade como um todo.

No que refere à análise das entrevistas, na primeira categoria analítica, buscamos compreender a visão das mulheres em situação de violência doméstica sobre a violência sofrida. A entrevistada Esperança³ demonstrou entender que as agressões que sofreu era uma violência, pois além de violência física, relatou também violência psicológica e patrimonial. Apesar de seu entendimento de que sofria violência doméstica, Esperança ainda permaneceu casada por vários anos: “Sempre tem a questão de achar que tem que estar juntos por causa dos filhos. É frustrante ver seus sonhos de família sendo destruído”. Isto corrobora a ideia de que a mulher tem como principal papel (ou destino) de esposa e de mãe, e sente-se desamparada se os perde. Evidente que isso não é algo inerente, e corrobora a noção de gênero utilizada neste estudo, em que o papel de cada um é aprendido sócio-culturalmente.

A entrevistada Superação mostrou claramente que as mulheres tendem a minimizar a violência psicológica e moral: “[o marido] me chamou de rapariga, prostituta, um monte de coisa. [...] Me agredia sempre verbalmente. [...] Eu fui muito espancada. Mas fui espancada só uma vez!”. Ou seja, enquanto as agressões eram verbais, Superação não tomou nenhuma atitude, rompendo a relação apenas na violência física. Será que as agressões verbais doem/marcam menos que as físicas?

Já para a entrevistada Felicidade, os xingamentos são tão cruéis quanto as tapas: “[ele xinga] os palavrões que nordestino fala: sataná, desgraça, vai se f..., vai tomar no...”. No entanto, diz que pelas agressões verbais não tem coragem de se separar: “Eu teria [coragem] se ele aprontasse de novo [arrumar outra mulher]”. Está claro, portanto, que o homem firma sua condição de autoridade no lar, mesmo quando é infiel e agride a mulher. Afinal, o adultério é historicamente permitido ao homem na cultura patriarcal.

A segunda categoria analítica buscou compreender as relações de gênero existentes na situação de violência doméstica contra as mulheres. Esperança relata uma situação: “Minha filha tinha quebrado o braço, eu estava trabalhando e ele [o marido] em casa sem fazer nada. Mas ele dizia que eu tinha que levar ela ao médico porque eu era a mãe”. As situações domésticas e familiares, portanto, são legitimadas como funções da mulher e não do homem. Mesmo quando a mulher já ultrapassou o âmbito privado e conseguiu adentrar o mundo público através do mercado de trabalho, ela é sobrecarregada pelas tarefas domésticas, ainda entendidas como exclusivas das mulheres.

Para a entrevistada Mudança, as mulheres do Sertão têm medo de denunciar o

³ Os nomes são fictícios e foram escolhidos pelas próprias entrevistadas.

marido agressor (ela mesma não o fez), e que em São Paulo isso não acontece, as mulheres denunciam logo (ela já morou em São Paulo, quando “fugiu” do marido agressor). Talvez, de fato, em São Paulo seja mais fácil manter o anonimato da denúncia. Segundo Mudança, em municípios pequenos rapidamente sabe-se quem denunciou algum crime. No entanto, diz que isto acontece porque “a maioria das mulheres daqui não tem coragem, e é ‘besta’. Hoje, se o ‘cabra’ me bater, ele só bate uma vez, eu denuncio”. Essa ideia da mulher sertaneja como frágil e sem coragem de denunciar o agressor está ligada a figura do coronel, concebidos como homens autoritários, brutos e ignorantes, assim como era o primeiro companheiro de Mudança, que ele nunca denunciou, preferindo fugir. A mulher seria considerada indefesa, e precisava do homem para lhe proteger. No entanto, muitas vezes, era esse homem “protetor” que cometia a violência.

A última categoria analítica foi a relação de poder, em que buscamos compreender a cultura patriarcal e a dominação masculina. A entrevistada Esperança pontua que a dominação masculina é exercida constantemente, mesmo que existam formas de resistência e contestação. A ideia de que o homem é “dono” da mulher rompe até mesmo as barreiras do casamento: “No começo [mesmo depois de separada] ele queria continuar mandando em mim. Porque eu ainda entrava na onda, numa forma meio inconsciente, me via escrava de umas coisas, ele me manipulava, ligava pra mim direto. Era horrível. Parecia filme de terror”. Essa dominação também é reflexo da sociedade patriarcal em que vivemos onde o poder do pai passa para o marido. Através do recorte sertanejo, trazemos a contribuição de Albuquerque Jr. (2001). Segundo o autor, alimentar a ideia do homem do sertão como “cabra-macho” contribui para naturalizar a relação entre homens e mulheres baseada num modelo de masculinidade que vigora desde o Brasil Colônia: um homem corajoso, viril e valente.

Uma questão importante é trazida pela entrevistada Superação – o fato de seu ex-marido não cumprir a medida protetiva: “Na realidade, não é uma coisa que parte dele. Os lugares, eu evito completamente, eu vivo minha vida tentando evitar [o encontro]”. Isso nos remete ao poder dos “coronéis” do sertão nordestino, que eram figuras de grande influência e submetiam ao seu poder os delegados e os juizes. Não sabemos se este é o caso, mas a analogia é pertinente. Por outro lado, reforça-nos a ideia de que o homem é do âmbito público e que por isso não tem seu espaço restringido; enquanto a mulher é do âmbito do privado, e deveria se restringir à sua casa.

Já a entrevistada Socorro nos revela outro lado da situação de violência: ela mantém financeiramente a casa, já que o companheiro está desempregado. Mesmo assim, a dominação masculina permanece. Socorro, inclusive, explica a agressão que sofreu um dia, dizendo que foi ela que começou. Por mais que a mulher seja provedora financeira da casa, o homem permanece como provedor moral, reafirmando a posição

da mulher como submissa ao homem. Essa situação é corroborada pela pesquisa do IPEA (GARCIA *et al.*, 2014) que apontou que para 64% dos entrevistados, o homem deve ser a cabeça do lar, apesar do número de mulheres chefes de família só aumentar.

Na nossa pesquisa, foi de suma importância a narrativa de Felicidade quando ela resgata uma fala de sua mãe: “Minha mãe diz: Mas milha filha, ‘palavrão’ não dói. Tu não lembra que teu pai me xingava?”. Reforçando essa situação, Felicidade ainda menciona que todas as irmãs também já passaram por momentos difíceis no casamento, ou pior segundo ela, porque o marido de uma delas agredia fisicamente. Essa afirmação aponta o macho nordestino agressivo, que não demonstra fraqueza, é frio e cruel, conforme Albuquerque Jr. (2007), e que ainda é legitimado na cultura sertaneja. Ou seja, homem tem que ser “macho” e as mulheres enquanto seres “frágeis” tem que se conformar com algum tipo de violência, e melhor ainda se for “apenas” verbal, já que segundo Felicidade seu marido diz: “Eu te xingo para não te bater”. Podemos pensar o quanto esta frase traz a violência simbólica que é submetida às mulheres cotidianamente.

A entrevistada Mudança relata algo impressionante e até mesmo cruel. No episódio em que comenta ter sofrido uma agressão física intensa, com pisadas em seu rosto, ela disse que não procurou nenhum serviço de saúde, cuidou dos ferimentos em casa, visto que seu companheiro não a permitia sair. O cerceamento da vida da mulher numa relação de poder desigual tem alcances em todas as áreas de sua vida, inclusive nas questões de saúde. É claro que isso se devia ao fato que, talvez, Mudança tivesse que explicar os ferimentos, e algum profissional poderia perceber que era devido a uma violência. Importante destacar que o poder tem alcance no corpo, marca, investe, sujeitando-o. É justamente no corpo que o homem mais demonstra sua dominação sobre a mulher.

Considerações finais

A violência contra as mulheres, principalmente a cometida no âmbito doméstico, talvez seja a expressão exacerbada da insuficiente autonomia das mulheres em várias situações, seja por motivações financeiras, envolvimento emocional e afetivo ou ainda, pelas próprias convenções de gênero, que atribuem papéis definidos socialmente para homens e mulheres os quais, embora cada vez mais assumam identidades múltiplas, ainda se inserem nessa ordem social e familiar persistentemente patriarcal. Essas concepções expressam a desigualdade de poder que marca o próprio conceito de gênero, fazendo com que o considerado “feminino” seja frequentemente desvalorizado em relação ao “masculino”.

Nossos resultados revelam que a mulher do Sertão, atualmente, não se vê apenas no papel de mãe e esposa, pois conquistou sua liberdade, chegando ao espaço público, encontrando seu lugar no mercado de trabalho e nos estudos; no entanto, a hegemonia masculina ainda é muito presente. A mulher oscila entre sua antiga posição, restrita ao papel de esposa e mãe, e a atual. Em virtude do paradigma dominante em nossa sociedade, a mulher acumulou diversos papéis, que a sobrecarregam. De alguma forma, as mulheres ainda percebem certa discriminação quando elas saem do restrito mundo privado, e os dados mostram que não houve consenso entre as entrevistadas sobre se existe diferença das relações de gênero e de poder no sertão e em outros lugares, como a capital.

A definição de papéis de provedor para o homem e cuidadora para a mulher, típicos da forma de estruturação social patriarcal, é fator de intensificação de conflitos conjugais, pois quanto mais maridos e esposas cobram de seus cônjuges tais papéis tradicionais, mais tensão e brigas emergem em seus relacionamentos.

O gênero, como debatido nesta pesquisa baseado nas ideias de Saffioti (1994; 2004), é uma ação contínua das relações sociais entre homens e mulheres, sendo um modelo de submissão da mulher diante do homem, e um reflexo de um longo processo de opressões e condicionamentos sociais. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Da mesma maneira que diferentes sociedades estão expostas a vários tipos e graus de risco, homens e mulheres, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte. Desse modo, é imprescindível incorporar a perspectiva de gênero na análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações, que tenham como objetivo promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher.

Importante refletir sobre um aspecto: a mulher que vive numa relação em que sofre agressões físicas, psicológicas e morais constantes, às vezes, para romper este laço tem que mudar completamente sua vida, abandonando casa, família, amigos, enfim, tudo o que conhece e construiu, como o caso de Mudança, e até mesmo de Esperança, que terminou ficando longe dos filhos. É o lado mais perverso da violência, onde quem mais sofre com a situação, tende a sofrer as maiores perdas também com a separação; essas perdas não são apenas financeiras, mas principalmente emocionais. Talvez a frase mais marcante tenha sido a da entrevistada Felicidade: seu marido diz que a agride verbalmente para não bater, como se a violência verbal/psicológica fosse menos grave que a violência física.

Diante do exposto, apesar dos significativos avanços e conquistas históricas alcançadas pelas mulheres – afinal, de totalmente submissa ao poder masculino, lutou

para conseguir maior espaço no lar e visibilidade no espaço público –, no Brasil ainda vigora padrões, valores e atitudes discriminatórias. As novas dinâmicas macrossociais acarretaram mudanças que repercutiram no âmbito da família e nas relações de gênero. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade de direitos, o avanço da ciência em relação aos métodos contraceptivos, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, traz um conjunto de “novos valores”, ligados a uma situação mais igualitária entre o homem e a mulher. Juntam-se a isto, mudanças demográficas, econômicas, políticas e culturais.

A imagem de mulher que se desenha não mais se relaciona com a dependência e a passividade, ao contrário, é incentivado como valor a independência feminina, conquistada principalmente no mundo do trabalho. Os espaços público e privado continuam dicotomizados, mesmo com a mulher tendo maior acesso ao mundo público através do trabalho e da escolarização. Parece inegável o reconhecimento de mudanças significativas, trazidas por este novo contexto, nos padrões de relações de gênero e a nova configuração das relações de poder que as envolvem. Ou seja, mesmo que as mulheres tenham conquistado avanços significativos como o direito ao voto, ao trabalho fora do ambiente doméstico e à educação, algumas ainda permanecem submissas aos homens devido às relações de gênero e de poder tão fortemente arraigadas na nossa sociedade, que não é diferente no Sertão do Araripe de Pernambuco.

Por fim, esclarecemos que este estudo não tenta demonstrar que a violência contra a mulher acontece mais no sertão do que em outros lugares, mas evidencia que as propostas de intervenções não podem ser desvinculadas das questões socioculturais e históricas. É importante pensar que a região tem uma grande zona rural, altos índices de analfabetismo e evasão escolar, o mercado de trabalho é escasso, entre outros fatores. E por todas essas questões, não podemos esconder que o Sertão do Araripe de Pernambuco, lócus de nossa pesquisa, ainda apresenta números alarmantes de violência contra as mulheres.

Referências

- AGUADO, Ana. Violencia de género: sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23-34.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

- _____. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 45-77.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União. **Lei Maria da Penha**. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Casa Civil, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1.
- _____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260990&idtema=132&search=pernambuco|ouricuri|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- _____. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres**. Informativo: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.
- D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. **Gênero e violência nas práticas de saúde**: contribuição ao estudo da atenção integral à saúde da mulher. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: _____ (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 241-277.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GARCIA, Leila P.; FREITAS, Lúcia R. S. de; SILVA, Gabriela D. M. da; HÖFELMANN. **Violência contra a mulher**: feminicídios no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.
- KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Brasília: OMS; Opas; UNDP; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.
- PITANGUY, Jaqueline. Introdução. In: PENA, Maria Valéria Junho; CORREIA, Maria C.; BRONKHORST, Berenice van. **A questão de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA/Banco Mundial, 2003.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I.; MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-283.
- _____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 35-76.
- SDS. Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. **Informe mensal da conjuntura criminal**. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>>. Acesso: 30 jan. 2014.
- SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.
- VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. Instituto Sagari. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso: 8 ago, 2013.